

Reseñas de publicaciones

Políticas Públicas e as Transações em Regiões Turísticas

Bruno Martins Augusto Gomes. All Print Editora. São Paulo: 2008
ISBN 9788577183517

Valdir José da Silva

valdir@fasar.com.br

Instituto Federal de Educação Tecnológica do Sudeste de Minas Gerais – Brasil

A implantação de novas políticas provoca alterações nas relações entre os atores que compõem um determinado setor. No Brasil, as políticas atuais de turismo, especialmente no estado de Minas Gerais (política de Circuitos Turísticos), têm como norte a regionalização, ou seja, estimular o desenvolvimento do turismo de acordo com as potencialidades de cada região e articulando os atores localizados nesta.

Nesta obra, Bruno Martins Augusto Gomes apresenta a influência da política de regionalização do turismo nas transações em regiões turísticas de Minas Gerais, Brasil. Após a introdução, se discutem as políticas públicas de turismo, destacando-se a configuração destas no Brasil e em Minas Gerais. No terceiro capítulo são apresentados os propósitos teóricos relacionados ao estudo das transações à partir da Economia dos Custos de Transação (ECT). O referencial teórico também se fundamenta na teoria de redes e suas implicações no turismo, apresentados no quarto capítulo. Finalmente, a aplicação das proposições teóricas em regiões turísticas é apresentada no quinto capítulo.

A obra se fundamenta na Economia dos Custos de Transação (ECT). A ECT tem suas raízes na Nova Economia Institucional e propõe que a eficiência dos modos de go-

vernança varia em função do ambiente institucional e dos atributos dos agentes econômicos e das transações. Dessa maneira seu foco principal das análises deixa de ser os custos de produção da empresa, que são substituídos pelo conceito de custos de transação.

Todos os dispêndios para negociar, implantar e monitorar uma negociação também devem ser computados como custos, denominados custos de transação. Contribuem para o incremento destes custos: comportamentos oportunistas dos agentes, nível de compreensão que têm sobre a realidade que envolve a transação (racionalidade limitada), suas incertezas, investimentos específicos que fazem e a frequência com que realizam transações com os demais agentes. A ECT também considera a importância do ambiente institucional (tradições, normas, leis), pois este determina a composição da estrutura de governança.

As estruturas de governança variam de acordo com o maior ou menor controle das transações. Nesse sentido, elas podem ser via mercado, trilateral, bilateral e unilateral. A governança via mercado é a principal estrutura de governança para as transações, que podem ser ocasionais ou recorrentes. Nessa forma de governança, as identidades das partes não têm importância; as

referências são os termos formais dos contratos. O que vale são as regras legais e as partes não concentram esforços para sustentar a relação.

Na governança trilateral, o interesse dos agentes em manter a relação é forte. Para tanto, se recorre à assistência de um terceiro para gerenciar as transações. Na governança bilateral, as partes mantêm a autonomia, porém, têm interesse em manter a relação comercial, em função dos benefícios econômicos que ela proporciona. Já a governança unilateral é caracterizada por ser regulamentada por uma empresa que detém autoridade. Esta última forma de governança ocorre na integração vertical, em que uma empresa passa a controlar as outras que lhe dão suporte. Cabe destacar que, à exceção da governança via mercado, todas as demais se caracterizam como uma rede interorganizacional, evidentemente cada uma com suas particularidades.

O autor coloca que a essência das políticas de desenvolvimento é a articulação da coordenação dos agentes. No entanto, para que a cooperação possa avançar, devem ser superados os entraves gerados pela rivalidade, visando à formação de laços de confiança recíproca. Por isso, as políticas de desenvolvimento regional devem contemplar a implantação de uma agência regional de desenvolvimento que, coloque em sinergia os arranjos produtivos.

No Brasil, as políticas de turismo a partir de 2003, ganham um maior direcionamento. Criou-se um ministério exclusivo para o Turismo, a EMBRATUR teve sua função repensada e foi elaborado o Plano Nacional de Turismo (PNT 2003-2007). Este plano contempla o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros Integrados, que propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo por região turística.

Em 2001, dois anos antes do surgimento do Plano Nacional de Turismo (PNT), propondo a regionalização da atividade, o estado brasileiro de Minas Gerais lançou uma política para estimular a criação de circuitos turísticos. O governo estadual já havia percebido a importância da regionalização como forma mais eficiente para se desenvolver o turismo.

Fundamentada em uma política de regionalização e de descentralização das decisões, a Secretaria Estadual de Turismo do Estado de Minas Gerais estimulou empresários e prefeitos de municípios próximos a se articularem em circuitos turísticos. O circuito é uma associação sem fins lucrativos, mantida pelas mensalidades pagas pelos prefeitos e/ou empresários de municípios próximos com características turísticas afins. O governo do estado Minas Gerais reconhece essas instituições como responsáveis pelo desenvolvimento do turismo na sua região de abrangência, desde que atendam às normas de certificação estabelecidas pelo próprio governo.

Dessa forma, fica evidente a interferência das políticas públicas de turismo na estruturação das transações entre os agentes de regiões turísticas. Diante deste cenário o autor busca compreender como estes agentes passam a se relacionar após a implantação das políticas de turismo voltadas para a regionalização.

O livro demonstra que os agentes em regiões turísticas têm uma tendência ao oportunismo, que é a busca pelos interesses próprios com dolo. Os principais comportamentos oportunistas observados foram: plágio de produtos e serviços, busca por obter isoladamente os lucros oriundos do turismo na região e o não pagamento das mensalidades à associação criada para gerir o turismo na região. Assim, segundo o autor ficaram evidentes situações oportunistas entre os agentes em que há espionagem dos tipos de serviços prestados por hotéis da região. O livro relata também situações em que empresários fazem pagamentos a outros, especialmente agências de receptivo da região, para que indiquem apenas sua empresa para os turistas.

Os agentes também enfrentam incertezas, que como mencionado pelo autor, podem ser primárias (relativas às políticas públicas, ao hábito dos consumidores e à cultura da sociedade), secundárias (aspectos imprevisíveis como fenômenos da natureza e falta de comunicação não intencional) ou conducionalistas (falta de comunicação do tipo estratégica, oportunista). Estas incertezas estão relacionadas à uma racionalidade limitada por parte dos agentes, ou seja, não dominam todos os aspectos que envolvem suas decisões. Por exemplo,

muitos possuem experiências profissionais em outros setores, mas desconhecem as especificidades do turismo. Assim, empreendem no turismo, mas em função de seu baixo conhecimento sobre a área o retorno muitas vezes é abaixo do planejado. Foi observado ainda pelo autor, dentro das incertezas primárias, aquelas relacionadas ao ambiente institucional, especialmente à descontinuidade das políticas públicas de turismo. Diante desta, o autor propõe que as entidades gestoras busquem maneiras alternativas que lhes permitam sobreviver, de maneira menos dependente das políticas públicas de turismo.

O livro relata também incertezas relacionadas à cultura da comunidade, visto que a cultura dos moradores locais não é voltada para o turismo. Nesse sentido, alguns empresários enfrentam problemas relacionados à mão-de-obra porque a comunidade não tem o costume de trabalhar nos finais de semana e feriados, período de maior movimento de turistas na região.

Os agentes também apresentam dificuldade em compreender a necessidade de se pensar no coletivo e no longo prazo. Muitos empresários visam apenas objetivos pessoais: não consideram que irão somar-se aos outros e, então, produzir melhores resultados. Portanto, a frequência das relações entre os associados aumentou após a política implantada pelo governo do estado de Minas Gerais; especialmente entre agentes localizados em municípios diferentes. Porém, como coloca o autor, muitos atores ainda acreditam que o aumento no relacionamento com outros membros da cadeia é sem importância. Pensam que cada um deve cuidar apenas do seu negócio. O individualismo, característico de muitos agentes, é um processo cultural. Por isso criar uma consciência de cooperação numa região turística é um desafio.

O livro destaca também as especificidades de ativo, ou seja, atributos criados para atender a uma determinada transação que dificilmente poderão ser utilizados de maneira alternativa caso esta falhe; gerando, portanto, custos de transação. Dentre os ativos específicos destacam os investimentos feitos por alguns empresários em função do surgimento da política mencionada. Eles ampliaram seus estabelecimentos, investiram na estruturação de atrativos turísticos,

acreditando no impulso do turismo na região em função da política. Portanto caso esta política fracasse, diversos custos serão perdidos.

Assim, nesta obra Bruno Martins Augusto Gomes demonstra que as políticas direcionadas para a regionalização do turismo contribuem para a criação de um ambiente com menor possibilidade das transações incorrerem em custos de transação. Uma dessas contribuições está no aumento da frequência, que tem uma função essencial na redução do oportunismo e da racionalidade limitada. Quanto mais os agentes se encontram, trocam informações e se tornam mais próximos, menor a possibilidade de assumirem comportamentos oportunistas e maiores as possibilidades de tomarem decisões corretas.

Finalmente, a obra destaca a importância da mudança de valores pessoais e gerenciais por parte dos atores. Mudança nos valores pessoais no sentido de serem menos egoístas. E as mudanças nos princípios gerenciais dizem respeito ao fato de perceberem que, se houver mais agentes participando da atividade, a região torna-se mais forte, contribuindo, assim, para o êxito de cada um, individualmente. Assim, é notória a contribuição da obra ao demonstrar que as políticas de regionalização tendem a despertar nos agentes a percepção de que a formação de um produto turístico se dá essencialmente a partir da constituição de uma rede entre os empreendimentos envolvidos.

Recibido: 3 de Febrero de 2009
Aceptado: 20 de marzo de 2009
Sometido a evaluación por pares anónimos